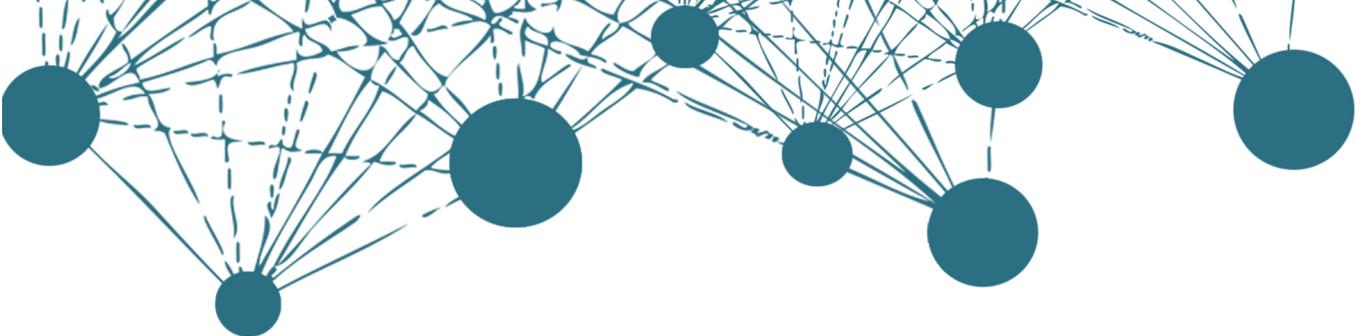


XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A (re)invenção da fronteira na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu/ Pará

The (re)invention of the economic frontier in
the Brazilian Amazon: the case of São Félix do
Xingu/ Pará

*Marcos Felipe Sudré Saidler¹, Escola de Arquitetura/UFMG,
sudre@ufmg.br*

¹ Arquiteto urbanista e designer, professor adjunto do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

O artigo discute o avanço da fronteira econômica na Amazônia brasileira, tendo como estudo de caso o município de São Félix do Xingu, antiga vila ribeirinha no sudeste do Pará. A partir de pesquisa de base documental, propõe-se compreender o papel das trajetórias sociais que conformam a realidade urbana local, suas disjunções e impactos na produção do espaço. São analisados textos originados da imprensa nacional e entrevistas realizadas em trabalhos de campo, os quais fornecem subsídios para a reconstrução histórica da região e o debate teórico sobre o lugar da Amazônia como fronteira do capitalismo contemporâneo. A discussão levanta a necessidade de repensar a inserção do espaço amazônico no contexto global e de prospectar formas alternativas de organização territorial, sugerindo que a potencialidade local resida nas trajetórias que têm sido historicamente ocultadas pelo avanço da fronteira.

Palavras Chave: fronteira econômica, urbanização amazônica, cidade ribeirinha, trajetórias sociais

ABSTRACT

The paper discusses the advance of the economic frontier in the Brazilian Amazon and presents the case study of São Félix do Xingu, a riverside village in southeastern Pará / Brazil. This is a documentary research and the paper proposes to understand the role of the social trajectories that form the local urban reality, disjunctions and impacts in the production of the space.

National press texts and field interviews are analyzed, which provide support for the historical reconstruction of the region and the theoretical debate about the Amazon as the frontier of contemporary capitalism. The discussion presents the need to rethink the insertion of the Amazonian space in the global context and to prospect alternative forms of territorial organization, suggesting that the local potential resides in the trajectories that have been historically hidden by the advance of the frontier.

Keywords: economic frontier, Amazonian urbanization, riverside town, social trajectories

INTRODUÇÃO

O lugar reservado à Amazônia desde os primeiros séculos de conquista é o que tem levado à sujeição do espaço social e natural da região à racionalidade exógena. Como fronteira para expansão do capital, o território amazônico é marcado pela destruição do que precede o novo, em suas formas e conteúdos. É sob o manto da fronteira que a produção nacional avança sobre a floresta; que pululam grandes projetos entre o curso de um rio e outro; que o campo e a cidade se industrializam, dobrando-se ao imperativo da produtividade. Mas é também sob esse mesmo manto que várzea e terra firme se constituem como lugar da vida; que cidadãos e camponeses se urbanizam; que ribeirinhos, empreendedores do agronegócio, índios e não-índios vivem o espaço, o produzem e se reproduzem no território.

Diante desse quadro, procurar compreender a formação da Amazônia como fronteira econômica em suas mais diversas escalas e a reativação desse fenômeno a cada rodada de expansão do capital parece ser condição necessária para perscrutar alternativas menos heterônomas de organização daquela realidade particular. O que informa a fronteira – território em catequização pela produção – diante da reprodução da vida? Quais trajetórias sociais se manifestam ali e quais possibilidades elas trazem para uma nova realidade? A discussão que aqui trazemos é originada de pesquisa pautada por essas proposições e, considerando a fronteira como lugar de (des)encontros, admite sua manifestação como ponto de inflexão possível para a construção entre diferentes, indo além da construção de diferenças irreconciliáveis como tem ocorrido na história.

Mas buscar compreender a Amazônia a partir de sua condição de fronteira demanda alguns esclarecimentos iniciais. Na literatura brasileira, a fronteira é predominantemente entendida como o avanço das frentes agropastoris – o que lhe garante a designação de *fronteira agrícola* ou como tudo o que segue à margem da urbanização – o que a transforma em *fronteira urbana*². Neste estudo, a fronteira envolve todas essas formas, até mesmo porque elas podem ser encaradas como faces distintas de um mesmo fato ou ainda como temporalidades interdependentes de um único processo: a expansão do capital sobre territórios em conquista. Assim, a fronteira não é aqui uma delimitação político-administrativa. Temporalmente, trata-se de uma situação ou um estado de fronteira, que se define mais pelo processual do que pela permanência e estabilidade. Especialmente, essa reunião de diferenças em trânsito se expressa em formas inacabadas, no que ainda está por fazer. Assim, na perspectiva proposta para este trabalho, a fronteira é a manifestação sócio-espacial da extensão – ainda incompleta – do capital sobre o território. É, portanto, uma *fronteira do capital*, reflexo do avanço da divisão social hierárquica do trabalho – das características vitais que definem o capitalismo, a geradora de todas as outras, como afirma Mészáros (2011).

Tal entendimento é o que nos permite reunir sob um mesmo marco teórico-conceitual um universo polifônico de exemplares daquilo que Milton Santos (1978, p. 104-105) chamou de “espaço derivado”, porção do território “*...+ cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais”. Essa condição derivada do espaço amazônico remonta ao período colonial (Souza, 2005; Risério, 2012) e tem, principalmente, como base a expansão do urbano (Monte-Mór, 2004; Becker, 1985; 2012). Virtualmente, e como embrião que indica o futuro, os padrões encontrados hoje na fronteira já estavam lá organizados desde as primeiras tentativas de inserção da região no contexto global, ou seja, desde o momento em que o capital viu na Amazônia uma fronteira para sua expansão, ainda

² Para o histórico sobre a aplicação do conceito ao caso brasileiro e à Amazônia, ver os trabalhos de Lia Osório Machado (1992) e Bertha Becker (1988).

em tempos de capital mercantil³.

Entretanto, foi a intensificação dos investimentos feitos pelo governo federal a partir do segundo quartel do século XX o que produziu alterações expressivas no espaço amazônico e fez com que a discussão sobre a fronteira aplicada àquela realidade ganhasse corpo. Foi nesse período que o tradicional modo de ocupação às margens dos cursos d'água viu-se reorientado rumo às estradas que começavam a cortar a floresta, carregando consigo levas de migrantes atraídos por projetos de colonização agrícola, pela madeira e os minerais abundantes naquelas terras, ou mesmo pela oportunidade de trabalho em uma grande empresa instalada no coração da selva. Todas essas promessas de um novo futuro acabaram por formar uma miríade de realidades urbanas que, grosso modo, podem ser agrupadas em dois modelos básicos amplamente discutidos pela literatura (Vicentini, 2004; Corrêa, 2006) e que têm no modal de transporte o instrumento mais importante para sua classificação: as nucleações de origem ribeirinha e aquelas que nasceram pela ação predominante das estradas. Esses dois modelos amazônicos – com formas e conteúdos urbanos próprios – encontram exemplos tanto nas cidades como nos demais tipos de ocupação espalhados pelos vastos limites dos municípios da região. Juntos, eles compõem uma extensa e multifacetada rede, que vai da sede municipal às vilas, povoados, assentamentos agrícolas, aldeias indígenas e qualquer outra realidade espacial que reflita, na atualidade, o processo de implosão-exploração descrito por Henri Lefebvre (2008a; 2008b).

TEMPORALIDADES DA FRONTEIRA: SÃO FÉLIX DO XINGU

Para o esclarecimento do processo de constituição da fronteira na Amazônia, esboçamos aqui uma pesquisa de base documental, que tem como recorte São Félix do Xingu, município do Sudeste Paraense tomado neste trabalho como metonímia para a percepção do encontro das múltiplas trajetórias no território. A atual sede de São Félix surgiu à época da extração do látex, quando os barracões de aviamento eram a estrutura inicial para a atividade produtiva. Tão logo era descoberta uma área com grande número de árvores de caucho (*Castilla ulei*) ou seringueiras (*Hevea brasiliensis*), logo ali se estabelecia um barracão, que serviria de residência a um determinado padrão da borracha e ponto de apoio para os trabalhadores sob seu controle e instalados nas adjacências. Esses trabalhadores eram chamados de fregueses ou aviados, pois ferramentas, armas e alimentos eram adquiridos no barracão por meio de um sistema de adiantamento de mercadorias, que ficou conhecido como aviamento e prescindia da moeda física na maioria das transações. Antes de saírem para a mata, os seringueiros eram aviados pelos padrões e essa era uma forma de controle da mão de obra, a partir da qual eram estabelecidas relações praticamente servis. Essa foi a história vivida por São Félix do Xingu, cujos primeiros anos de existência foram marcados por embates sangrentos entre essa frente de expansão – majoritariamente masculina – e os grupos indígenas que ocupavam a região há vários séculos (Santana, 2007).

O declínio da economia da borracha em toda a Amazônia, fez com que a população local passasse

³ Esse argumento pode ser encontrado em autores como Ribeiro (2006, p. 177), para quem o Brasil “*...+ nasceu já como uma civilização urbana. Vale dizer, separada em conteúdos rurais e citadinos, com funções diferentes, mas complementares e comandada por grupos eruditos da cidade”. De Lisboa às primeiras cidades brasileiras, numa rede que explode por todo território a partir do quinto século de ocupação, o processo de transformação do espaço brasileiro foi (e ainda é) marcado por relações diretas com demandas externas. A contribuição do autor evidencia a predominância histórica dos modelos exógenos e demonstra a importância de reconhecer que, nessa relação, o mesmo sujeito pode ocupar posições distintas de acordo com a situação: do urbano brasileiro, como fronteira do capital mundial, ao urbano amazônico, como expressão regional dessa relação.

a viver da coleta de castanhas e da caça de animais silvestres. No decorrer das décadas seguintes, as gerações que sucederam os primeiros habitantes desenvolveram duas trajetórias principais. Com a emancipação do município, alguns se envolveram na administração pública, sendo que até hoje famílias inteiras desses antigos moradores trabalham em órgãos do governo, com destaque para a área da educação. Outros desses antigos moradores, com o fim das atividades extrativistas financiadas pelos patrões, passaram a viver do trabalho informal. São parte dos atuais beiradeiros de São Félix, aqueles que moram às margens dos rios da cidade.

Do início da ocupação até a o final da década de 1970, a frente de expansão em São Félix foi marcada por uma grande massa de trabalhadores pobres comandados por patrões que, em geral, tinham suas bases em outros municípios, com predomínio para Altamira, a quem São Félix sempre esteve fortemente ligada pelo rio. Em todo esse tempo, o sistema de aviamento articulou patrões e fregueses em torno das atividades extrativistas, mas não consolidou uma elite local. Mais tarde, novas frentes alcançaram a fronteira. Alguns chegaram pelos rios; outros, pelas estradas, mas foi somente no início dos anos 1980 que a frente de expansão em São Félix entrou em contato com os chamados pioneiros, quando se iniciou a extração do mogno no município⁴. Conhecido como “ciclo do ouro vermelho” – nome dado em função da cor das toras exportadas para a Europa e os Estados Unidos –, o período de exploração da madeira nobre trouxe para a região empresas de outras cidades, que abriram suas serrarias às margens do Rio Fresco, principalmente. Durante toda a década, transformações expressivas no espaço urbano passaram a acontecer de modo mais acelerado. A cidade cresceu em direção à estrada, deixando o antigo núcleo no encontro dos dois rios para trás. Aqueles que chegavam, em geral populações altamente móveis que já haviam passado por outras cidades do sudeste do Pará, recebiam da prefeitura lotes urbanos, como explicam Schmink e Wood (2012), favorecendo a ocupação do território de modo relativamente desordenado.

Para além da cidade, São Félix ainda presenciou o surgimento de nucleações de origens diversas. Suas terras serviram à colonização agrícola estatal e particular, à exploração do ouro e de outros metais. Em tempos mais recentes, seu território continua a ser alvo de investimentos pontuais do setor minerário. Mas o grande destaque é a pujante produção pecuária que ocorre em meio a um mosaico de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, o que lhe garante não só o título de dona do maior rebanho brasileiro, mas também um dos focos de maior índice de desmatamento da Amazônia⁵. Por tudo isso, a antiga vila ribeirinha à confluência dos rios Fresco e Xingu e todas as

⁴ Sobre a distinção entre frente de expansão e frente pioneira, ver Martins (1997). Conforme o autor, as temporalidades dos sujeitos na fronteira podem ser entendidas a partir do seguinte esquema: duas linhas de fronteira (uma demográfica, outra econômica) e três situações sócio-espaciais (a zona de ocupação antiga, a frente de expansão e a frente pioneira). Entre a zona de ocupação antiga e a frente de expansão, impõem-se a fronteira demográfica. Entre a frente de expansão e a frente pioneira, está a fronteira econômica. Na fronteira demográfica estão os conflitos entre populações indígenas e aqueles “agentes da civilização” que ainda não são os agentes típicos da produção capitalista. Na fronteira econômica, estão os conflitos entre os sujeitos da frente de expansão e a frente pioneira, aqueles que são, de fato, os “agentes da economia capitalista”. É ali o lugar onde, por exemplo, posseiros e grandes latifundiários se desencontram, onde o pequeno agricultor próspero e o camponês vivem temporalidades diferentes. Embora seja bastante simplificadora e unilinear a abordagem proposta pelo autor inspirada por estudos clássicos sobre a fronteira, ela permanece útil para o entendimento de que a clivagem desses sujeitos sociais que integram cada uma dessas frentes está na diferença entre os tempos históricos vividos por eles.

⁵ A liderança entre os municípios brasileiros produtores de gado passou a ser assumida por São Félix em 2010, quando foram registradas mais de dois milhões de reses nas fazendas locais. Naquele ano, o município superou Corumbá, município do Mato Grosso do Sul com forte tradição na produção de bovinos há algumas décadas. Esse crescimento abrupto em São Félix do Xingu é apenas um recorte – em cores mais fortes, é preciso destacar – do que vive a Região Norte do país e boa parte dos municípios da Amazônia Legal nas últimas décadas. No início dos anos 1980, os estados do Norte eram responsáveis por pouco mais de 3,6 milhões de cabeças, o que representava 3% do rebanho nacional. Vinte anos depois, esse percentual já estava próximo dos 14%, com 22,4 milhões de reses, ultrapassando a produção do Nordeste (IBGE, 2014). Esse processo de redução da floresta e aumento das pastagens plantadas levou São Félix do Xingu a ocupar o

demais realidades urbanas que se espalham pelo território municipal de São Félix guardam consigo temporalidades e processos sócio-espaciais suficientemente distintos para a compreensão da Amazônia de hoje e de ontem.

NA RUA, NA MÍDIA: DA ORDEM DISTANTE À PROXIMIDADE DAS COISAS COTIDIANAS

Ante o desafio de apreender o urbano nessa porção da Amazônia, o trabalho foi realizado a partir de pesquisas de campo concentradas, principalmente, em observações e entrevistas com sujeitos representativos de diferentes trajetórias sociais⁶. A esse conjunto de narrativas, foi adicionado outro agrupamento de textos predominantemente jornalísticos coletados em veículos de comunicação brasileiros. Juntamente com as falas dos sujeitos entrevistados, esses textos foram extremamente úteis para remontar o histórico de São Félix do Xingu, principalmente, a história dos períodos que haviam permanecido em silêncio na literatura consultada e que não chegaram a ser narrados com detalhes durante o trabalho de campo. Escolhemos dois veículos de comunicação nacionais para observar a ocorrência de São Félix do Xingu nas matérias jornalísticas publicadas em suas edições⁷. A opção por veículos de abrangência nacional, em detrimento da mídia local, deu-se exatamente por conta da nossa intenção de procurar inferir como essa porção do território amazônico – reconhecidamente ainda em incorporação ao restante do país – aparecia nas páginas da imprensa sediada no Sudeste brasileiro. Adotamos, então, a revista semanal *Veja* e o jornal diário *Folha de São Paulo*, que além dessa característica também reuniam a vantagem de oferecer em suas bases de dados digitais todas as edições já publicadas, o que facilitou inclusive a busca pela expressão *São Félix do Xingu*. Entre os anos de 1960 e 2014, o recorte temporal que propusemos, foram encontrados 85 textos – entre pequenas notas, reportagens e outras categorias – que de alguma forma faziam referência a São Félix do Xingu, sendo 69 nas páginas da *Folha de São Paulo* e 16 em *Veja*. Esse conjunto de textos foi organizado e classificado para análise e sua discussão está articulada aos discursos coletados em campo.

Além de contribuírem para a compreensão da história que oferecem, esses textos também servem à apreensão das disjunções ocorridas entre as racionalidades levadas à fronteira, bem como para o entendimento das representações que se produz sobre essa fronteira e do urbano que ali se manifesta. Afinal, os textos carregam consigo discursos que nos permitem uma aproximação dos sujeitos que os produzem e esses discursos são construções capazes de colocar o sujeito em relação a outros discursos, permitindo a compreensão do lugar ocupado por ele – pelo sujeito e seu discurso – no espaço social⁸.

topo da lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia Legal a partir de 2001, alcançando a casa dos 20% de sua extensão territorial desflorestada em 2010 (Inpe, 2014a; b).

⁶ A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: um trabalho exploratório pelo Sudeste Paraense entre julho e agosto de 2012 e uma pesquisa detida em São Félix do Xingu em dezembro de 2013. Foram realizadas entrevistas com informantes das administrações públicas, terceiro setor, comerciantes e moradores, bem como levantamento fotográfico e coleta de documentos oficiais. Suas histórias de vida, motivações e circunstâncias de chegada à região, expectativas atuais, espaços de moradia e de uso cotidiano na cidade estão entre os temas abordados.

⁷ O critério para a seleção desse conjunto de textos foi a ocorrência do município de São Félix do Xingu no corpo da matéria jornalística ou em algum dos elementos gráficos contidos nela. Além dos textos jornalísticos, também agrupamos, nesse conjunto, anúncios e peças publicitárias inseridas na mídia impressa analisada, que resultaram das buscas nas bases de dados dos dois veículos de comunicação. Apenas parte desses textos analisados e categorizados é citada neste trabalho.

⁸ Essa concepção deriva do entendimento de autores como Fairclough (2001), que propõe compreender o discurso como base de apreensão da prática social. De igual modo, associa-se à teoria sociológica – sobretudo de base foucaultiana – por reconhecer que as práticas discursivas são estabelecidas diante de relações de poder, que definem o modo de interação

Orientados por essa perspectiva, procuramos percorrer, então, um caminho que vai da ordem distante dos meios de comunicação e demais dados secundários à proximidade das coisas pequenas da vida cotidiana desses sujeitos. Fazemos isso inspirados pelos trabalhos de Lefebvre (1991b), a partir da importância dada pelo autor ao trânsito entre o particular e o global, entre o que está aqui e o que permanece longe⁹. A tentativa de estabelecer um diálogo entre esses dois elementos parece-nos extremamente sugestiva para a compreensão da fronteira por todas as características que ela congrega, mas, sobretudo, pelos interstícios deixados pelo contato dos diferentes modos de vida ali presentes – condição inerente à sua lógica de povoamento e definida graças à origem dos sujeitos que se estabelecem nas sucessivas levas migratórias. Assim, o trânsito entre a ordem distante e a ordem próxima lefebvrianas é o que nos conduz na caminhada indutora do debate a seguir, construído, principalmente, pelas ruas de São Félix do Xingu e pelas páginas da imprensa.

Abrindo as estradas para o “progresso”

Com seu trabalho de campo no final dos anos 1940, o antropólogo norte-americano Charles Wagley (1964) foi um dos responsáveis por apresentar ao mundo a cidade na Amazônia. Seu “estudo do homem nos trópicos”, como sugere o título do livro publicado em 1953, foi realizado na cidade de Itá, nome fictício dado por ele à Gurupá, localizada às margens do Rio Amazonas. À época, a cidade paraense tinha cerca de 500 habitantes e algumas poucas ruas. Era, nos termos do autor, uma comunidade tradicional em área pouco desenvolvida, uma vila ribeirinha de acesso exclusivamente fluvial, apesar de ser sede de município. Aluno de Franz Boas e herdeiro do método comparativo da Antropologia Cultural, Wagley ensaiou uma aproximação entre a sua *amazon town* e uma área igualmente remota nos Estados Unidos, uma comunidade localizada entre os rios Ohio e Missouri. Na conclusão do autor, a diferença entre as duas não estava nas condições climáticas, nos recursos naturais ou no solo. Tampouco era uma questão ligada à raça daqueles que habitavam as duas terras, até mesmo porque um dos propósitos da Antropologia Cultural era romper com o determinismo racial ainda presente em alguns estudos. A diferença principal estava nas questões sociais e culturais, sugere Wagley (1964, p. 287), “incluindo *...+ principalmente o relacionamento entre a comunidade e os centros nacionais e internacionais de poder econômico e político”. Esse distanciamento entre a cidade tradicional e os centros de poder, avança o autor, não era restrito àquela Itá em particular, mas poderia ser notado em muitas outras espalhadas pelo território amazônico, padecendo dos mesmos problemas de desconexão.

Apesar da distância temporal entre a Itá de Wagley e a cidade de São Félix do Xingu, a observação do autor norte-americano ainda é sugestiva para a compreensão da atual dinâmica do município localizado no sudeste do Pará. São Félix é originalmente uma *amazon town*, como a descrita por Wagley, que sofreu (e ainda sofre, em certa medida) com a desconexão dos grandes centros. Até a década de 1980, o rio era praticamente a única via de acesso à cidade, ou pelo menos a mais popular. Quem não chegava por ele, aterrissava em uma pista de pouso que havia sido recentemente criada pelo garimpo, onde hoje está uma das principais avenidas da cidade. Nos anos recentes, a cidade que nasceu no encontro dos rios Fresco e Xingu, se distancia cada vez mais dos dois cursos d’água e caminha rumo à Rodovia PA-279, que passa pelas cidades de Ourilândia, Tucumã e Água Azul do Norte, dando acesso à PA-150, em Xinguara. Esse é o trajeto praticamente

entre os sujeitos e, conseqüentemente, conferem graus variados de autoridade a determinados discursos.

⁹ Como explicam Limonad e Lima (2003, p. 22), a partir de Henri Lefebvre, “*...+ a ordem próxima e ordem distante contrapõem-se e interpõem-se de maneira incessante em um constante ir e vir da vida cotidiana no mundo moderno às determinações gerais”

obrigatório de quem vem dos demais municípios do Pará e também dos outros estados. A construção da PA-279 produziu alterações significativas na *amazon town*, conduzindo fluxos migratórios mais intensos, reorganizando o espaço e transformando dinâmicas sociais. No entanto, o que chama a atenção na São Félix de hoje em relação às Itás descritas por Wagley é que, apesar da comunicação favorecida pelas estradas, São Félix parece se articular melhor no nível nacional e internacional que dentro do próprio estado do Pará. Ou seja, em alguns casos como o de São Félix, a característica que fazia das Itás amazônicas de Charles Wagley uma situação singular – e que, ao fim, era o grande desafio para o desenvolvimento amazônico – parece ter se complexificado. A São Félix contemporânea passa do local para o nacional, ou até mesmo para o global, sem estabelecer diálogo com centros intermediários ou mesmo a capital estadual¹⁰.

O período entre as décadas de 1960 e 80 é o divisor de águas desse processo de complexificação das formas de comunicação entre a cidade amazônica e o que a envolve. Não por acaso, na imprensa analisada, São Félix do Xingu aparece como parte de um universo que merece e precisa ser colonizado. Para isso, as ações de caráter desenvolvimentista empreendidas pelo governo para a ampliação da malha rodoviária amazônica e a exploração dos recursos minerais mapeados pelos órgãos estatais e empresas privadas são apresentadas como a melhor opção para a região. Promessas de progresso defendidas pelo Estado – e ecoadas pela mídia e absorvidas pela população – as estradas e rodovias são, àquele momento, “*...+ fator básico ao desenvolvimento de qualquer região”, são elas que vão “*...+ levando consigo a saúde, a educação, a fixação do solo, e buscando descobrir terras férteis, riquezas minerais, potenciais hidráulicos que, em rios internados na densa floresta, ficariam no desconhecimento dos técnicos *...+” (Folha de São Paulo, 1968, p.46).

Mas, em São Félix do Xingu, de modo particular, as estradas compõem um capítulo em constante reescrita e permanecem no imaginário dos moradores como promessa de uma nova realidade ou, pelo menos, de um cotidiano um pouco melhor. Primeiro porque, embora a rodovia que pretendia ligar São Félix ao restante do Brasil tenha sido construída há mais de 30 anos, o asfaltamento somente foi concluído em 2013. Em uma região na qual a chuva abundante é uma realidade em boa parte do ano, esse fato faz muita diferença e não há qualquer dificuldade em encontrar pelas ruas de São Félix quem conte as aventuras vividas à época que a prometida estrada não passava de uma grande linha enlameada rumo às demais cidades da região. Outro fato importante é que os mesmos problemas enfrentados pelos moradores da sede até pouco tempo continuam a fazer parte da vida de tantos outros habitantes das vilas e comunidades do município, padecendo com a precária infraestrutura da malha rodoviária que se multiplicou nos anos recentes.

Mais de oito mil quilômetros, incluindo estradas vicinais e clandestinas, formam a atual malha rodoviária de São Félix do Xingu. São essas estradas que ligam a cidade às várias vilas que se espalham pelos mais de 84,2 mil quilômetros quadrados do território municipal. Vale destacar que cerca de 80% desse território são ocupados por áreas protegidas – Terras Indígenas e Unidades de Conservação – alcançadas também por vicinais e estradas clandestinas, em uma clara demonstração de que a fronteira avança, mesmo sobre porções cujo regimento legal deveria servir como barreira à instalação de algumas atividades¹¹. Por essas estradas esburacadas e

¹⁰ Entre a população, os destinos mais comuns para tratamentos de saúde ou estudo dos filhos evidenciam a pouca articulação com o restante do Pará e vínculos estreitos com o Centro-Oeste. Na administração pública, o fato de ter a maior parte de seu território ocupado por áreas protegidas contribui para a aproximação do município com instâncias federais e organizações internacionais.

¹¹ Nos anos 2000, a promessa de “progresso” anunciada nas décadas anteriores é encarada pela imprensa como um dos principais indutores da penetração de frentes de expansão responsáveis pela devastação da floresta (Folha de São Paulo, 2005, p. A20). Esse processo fez com que localidades como São Félix do Xingu, até então ponto extremo de uma Amazônia

poeirentas na época da estiagem é que chegam, ao mercado público da cidade, os agricultores das vilas e projetos de assentamento espalhados pelo município. Eles trazem para venda a pequena produção de legumes e verduras e, de São Félix, levam tudo aquilo que não cultivam e os bens industrializados adquiridos nos supermercados locais. A venda dos produtos contribui de forma significativa para o sustento das famílias assentadas em torno da cidade. Entretanto, para o abastecimento de São Félix, é pouco representativa. A produção não consegue atender à demanda da população, pois falta incentivo fiscal e apoio técnico aos agricultores, além de as estradas não permitirem o escoamento adequado do que é cultivado no campo, principalmente no período das chuvas.

Assim, a fronteira avança, deixando claro que, se os anos 1980 foram o momento decisivo para o desencadeamento de transformações significativas, hoje se torna necessário perceber a qualidade e a reverberação desses fatos. Afinal, aquela era “a década da conquista”, como havia anunciado *Veja* em uma reportagem especial logo no começo dos anos 1980, remontando a trajetória dos brasileiros que se direcionavam para a região por apostarem nas riquezas das jazidas minerais e nas vantagens da agropecuária. Como sugere o próprio título da reportagem ao dizer que “o futuro abre clareiras na floresta: a Amazônia deixa de ser apenas um paraíso natural e começa a incorporar-se ao Brasil” (*Veja*, 1982, p. 80). A partir desse momento, a terra a ser conquistada na fronteira passou a ser compreendida – não só em São Félix, mas na Amazônia de modo mais amplo – como espaço realmente dominado e domesticado pelos pioneiros. O desmatamento e a pecuária formam os tópicos subseqüentes à conquista do território, mas deixam uma pergunta que seria importante perseguir: o que muda no urbano – como espaço de reprodução da vida – com a expressiva produção que alcança a fronteira?

Terra, gado e motosserra: do não lugar ao lugar da negação

Se alguém que não conhece São Félix do Xingu tivesse acesso simultâneo às notícias das três últimas décadas sobre a cidade, certamente não encontraria dificuldades em construir, a partir dos textos reunidos, a representação de um município dominado por problemas fundiários, pelo desmatamento e o acelerado crescimento da pecuária. O trinômio que compõe a imagem de São Félix na mídia é também facilmente observado nos discursos de seus habitantes, que ora lamentam a devastação da floresta ocorrida nos anos recentes, ora se vangloriam de terem se tornado “o maior produtor de proteína do país”, como afirma um comerciante local ao se referir à liderança do município entre os criadores de gado de corte.

Já no final da década de 2000, e diante das repercussões negativas sobre o avanço da produção agrícola e pecuária na Amazônia, *Veja* se propôs a trazer “a verdade sobre a saúde da floresta”, como indica o próprio título de uma reportagem de capa publicada pela revista semanal. A matéria especial deu grande destaque a São Félix do Xingu, traçando o perfil do município paraense e descrevendo sua trajetória até o posto de maior produtor de bovinos do país e também um dos principais responsáveis pelo desmatamento da região. Esse retrato é elaborado pela imprensa a partir da construção de uma série de oposições entre o município e outras localidades amazônicas que – apesar do desmatamento – transformaram-se em “*...+ verdadeiros oásis no interior da selva”, já que conseguiram trocar a floresta por “*...+ cidades bem estruturadas, com ruas asfaltadas e uma ampla rede de serviços, que nada ficam a dever às localizadas no Sul e no

selvagem, deixassem de ser somente centro de atração populacional para transformaram-se também em ponto de dispersão local, como mostra Amaral *et al.* (2006). Para uma discussão sobre o avanço ostensivo da fronteira a oeste e a norte do Xingu, conferir ainda Edna Castro, Raimunda Monteiro e Carlos Potiara Castro (2004).

Sudeste do país” (Veja, 2008, p. 115).

Comparada às lavouras de soja que se estendiam pelo estado do Mato Grosso e às cidades que constituíam a base urbana dessa vigorosa produção, São Félix aparece nas páginas da revista como o antiexemplo da racionalidade. A pujança da produção mato-grossense tinha motivo, segundo a publicação: a colonização racional e empreendida por empresas privadas havia levado o desenvolvimento ao campo. Ao contrário disso, o caso paraense fazia imperar o “caos na floresta”, produzido por trabalhadores sem-terra e movimentos caracterizados pela revista como “obscuros” e “belicosos” – como a Liga dos Camponeses Pobres, a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a Liga Operária e Camponesa –, cuja impunidade era assegurada pelo próprio governo federal.

Praticamente todo o discurso de *Veja* é construído em defesa dos fazendeiros que chegaram à região, fizeram dela território do agronegócio e são apresentados pela revista como sinônimo do sucesso e progresso, já que “*...+ contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, criam empregos e somam pontos ao PIB do país” (Veja, 2008, p.103-104). Enquanto isso, São Félix é a imagem da devastação, a antítese desse processo racional conduzido por quem chega à fronteira. Na cidade, a riqueza produzida pela pecuária nem de longe poderia ser percebida: “*...+ ruas esburacadas e, em sua maioria, sem calçamento. As fachadas das construções têm um aspecto empoeirado, tingidas pelo lamaçal nos tempos de chuva e pela poeira na estação seca”. (Veja, 2008, p.110). Nas páginas de *Veja*, São Félix é a cena deplorável de uma Amazônia que não soube se desenvolver e, não por acaso, recebe da publicação a alcunha de “a capital da motosserra”.

Até a publicação da reportagem de *Veja*, em 2008, a cidade de São Félix do Xingu havia sido tratada pela imprensa analisada como uma ligeira referência espacial para localizar a produção. A São Félix que aparece nos textos ou nos mapas é apenas um ponto distante no imenso território cercado por recursos minerais, estradas e um gigantesco rebanho bovino. É por isso que, em praticamente todos os registros, a cidade de São Félix é o que podemos chamar de *não lugar*. Esse não lugar ocupado por São Félix não tem o mesmo sentido do termo cunhado por Marc Augé (2012) para descrever os espaços homogêneos, transitórios e que não permitem a apropriação pelos sujeitos¹². São Félix é *não lugar*, no sentido que adotamos aqui, por que é o silêncio da cidade como espaço de vida. Nas páginas da imprensa analisada, em geral, a cidade é ausente de qualquer atributo. Na maioria das vezes, ela sequer é mencionada, diante das riquezas perdidas “nos confins do Pará”, à espera da adequada exploração (Folha de São Paulo, 1971; 1975; 1977; 1980; 1985; 1988), capaz de “*...fazer a independência econômica do Brasil” (Folha de São Paulo, 1982, p. 52). Mas é desse *não lugar* como cidade que São Félix rapidamente caminha rumo ao *lugar da negação*, tal qual é apresentada nas páginas de *Veja* nos anos 2000.

Entre beiradeiros e cidadãos

Essa inflexão vivida pela cidade na mídia é contemporânea à complexificação local das relações entre os sujeitos que se estabeleceram ao longo das décadas naquela porção da fronteira. Quando Marianne Schmink e Charles Wood (2012, p.427) realizaram pesquisa de campo em São Félix do Xingu, entre os anos 1970 e 80, perceberam que “*...+ a cidade onde antes as pessoas viviam mais ou menos nas mesmas condições *...+” estava rapidamente se transformando, mas com uma característica bastante peculiar: o pequeno número de empregadores locais tinha padrões de vida muito semelhantes aos de seus empregados. Esses achados – acreditavam os autores – sugeriam

¹² Adotamos inclusive a grafia sem hífen para se diferenciar do termo *não-lugar* usado por Augé (2012).

que, naquele incipiente sociedade de classes, a distinção entre os que estavam inseridos na economia monetária – na posição de empregador ou de empregado – era menos importante do que as diferenças entre esse conjunto e os trabalhadores não assalariados. Assim, a passagem da economia de subsistência para a acumulação capitalista na cidade havia sido caracterizada pela existência de dois grupos principais. Segundo os pesquisadores, havia um setor assalariado – abrangendo aqueles que pagavam e recebiam salários – e um setor não assalariado – formado por autônomos e alguns trabalhadores que ainda viviam como aviados, tal como à época da economia da borracha. “Dessa forma, num cenário rústico como São Félix, as diferenças no bem-estar eram determinadas, principalmente, pelo fato de as famílias terem ou não acesso à renda monetária para comprar alimentos e outros bens e serviços...” (Schmink; Wood, 2012, p. 422) e a transição para o trabalho assalariado era feita com muita resistência, pois representava o fim da autonomia tão valorizada pela maioria dos trabalhadores.

Hoje, no entanto, o desejo dominante por se manter distante da economia capitalista – observado e descrito pelos pesquisadores – divide espaço com o anseio pela inserção no mercado formal. A distinção inicial encontrada por Schmink e Wood (2012) parece estar organizada em um conjunto de múltiplas nuances, permitindo enxergar diferenças que se dão não só quanto à renda monetária a que se tem acesso, mas também a partir do espaço que esses sujeitos ocupam no município. Esses contrastes levam à construção de uma hipótese, que encontra subsídios nas falas dos moradores de São Félix para encará-la como questão que merece o debate. Espacial e socialmente, São Félix do Xingu se afasta a cada dia de sua história ribeirinha. O fato de o tecido urbano de São Félix se estender rumo à PA-279 talvez nem seja o que melhor exemplifica essa condição, pois, com a cidade original confinada entre uma área de topografia acidentada e os rios Fresco e Xingu, esse seria mesmo o caminho mais natural para sua expansão nos anos recentes. É, pois, o lugar ocupado pelos rios no cotidiano da cidade – mas principalmente pelos moradores que estão às suas margens e que relembra a todo instante a origem beiradeira do município – que nos permite levantar a hipótese de que, apesar da variação de nuances, em São Félix, os sujeitos de hoje podem se organizar sob duas categorias basilares: os beiradeiros e os cidadãos.

Ao construirmos essa distinção a partir do lugar que é dado ao rio no cotidiano de São Félix, não queremos dizer que a cidade ignore por completo os dois cursos d’água que permitiram seu surgimento no início dos anos 1900. É pelo rio que as balsas dão acesso às terras a oeste do Xingu e também a norte do Fresco, onde estão atualmente diversas vilas, alguns assentamentos agrícolas e grandes fazendas de gado. Além disso, são os rios, praias e ilhas da região que garantem o lazer durante o verão amazônico – concentrado principalmente entre os meses de junho e agosto –, quando a cidade se enche de turistas vindos de outros municípios do Sudeste Paraense e até mesmo de estados próximos. Entretanto, no dia a dia da maioria dos habitantes de São Félix – sobretudo aqueles que estão mais afastados do beiradão – os dois rios permanecem como referências visuais importantes, mas relativamente distantes, como já havia observado Monte-Mór (1984, p. 21) em seu estudo: “em momento algum a cidade se debruça sobre o rio, ocupa suas margens, se distribui ao longo do seu leito, como sendo um eixo principal”. Esse traço característico de São Félix já ao início dos anos 1980 se intensificou com o passar dos anos, fazendo com que os rios da cidade, de fato, deixassem a cargo das estradas a definição da estrutura urbana da cidade.

Mas em tempos nos quais se divulgam com vigor os êxitos trazidos pelo embelezamento do espaço urbano, São Félix também anuncia seu desejo de transformar-se em uma cidade turística a partir da reestruturação das orlas dos rios Fresco e Xingu. Com isso, São Félix procura seguir o mesmo caminho de outras cidades ribeirinhas da Amazônia, que nas últimas décadas têm destinado parte de suas orlas ao turismo e o fazem à custa das populações que ali vivem. De

acordo com o que apresentam Cardoso e Ventura Neto (2012), a ocupação tradicional tem sido vista, na maioria das vezes, como um grande empecilho para os projetos de intervenção em cursos d'água na Amazônia, já que os fundos das casas dão acesso direto para o rio, bloqueando a visão e a passagem do público em geral. Em São Félix do Xingu, essa situação se repete. No Plano Diretor do município, toda a faixa de terra que se estende na confluência dos dois rios é considerada "zona de recuperação e reestruturação urbanística" e suas habitações – avaliadas como precária – estão sujeitas ao remanejamento. Conforme o documento, nessa área, "...+ deverão ser estimuladas, após o projeto de revitalização urbanística, através de índices diferenciados, atividades de bares, lanchonetes, similares e entretenimentos em geral" (São Félix do Xingu, 2006, p. 27).

Essas propostas – ainda não viabilizadas por falta de recursos – tendem a reafirmar a trajetória seguida pela cidade nos últimos anos quanto ao uso das margens de seus rios. Na confluência dos dois cursos d'água, que não chegou a ser ocupada por habitações nos anos iniciais, as antigas olarias que abasteciam a cidade na década de 1980 deram lugar a estruturas de lazer, como o Pátio Olímpico de São Félix do Xingu, uma grande arena de terra batida e circundada por pequenas construções de madeira que servem de bares à época do verão, quando tendas de lona são armadas para auxiliar a venda de alimentos e bebidas. Ao longo do Rio Xingu, é grande o número de ilhas usadas pela população para diversão, mas há também aquelas que foram apropriadas ilegalmente para a edificação de casas de veraneio. O mesmo tem ocorrido na faixa de terra banhada por aquele rio junto à sede municipal de São Félix, onde alguns habitantes compraram lotes e delimitaram praias particulares. No extremo norte da cidade, serrarias desativadas na orla do Rio Fresco se transformaram em alvo do mercado imobiliário local para a abertura de loteamentos de alto padrão. No meio disso tudo, a estreita faixa ocupada pelos beiradeiros à margem do Fresco permaneceu como resíduo da origem ribeirinha de São Félix.

É preciso deixar claro ainda que, quando estabelecemos essa clivagem entre beiradeiros e cidadãos para tentar compreender a realidade sócio-espacial de São Félix, não estamos querendo argumentar que aqueles primeiros não tenham, por exemplo, acesso ao voto ou que sejam excluídos de todo direito, até mesmo porque isso demandaria uma discussão verticalizada sobre o exercício da cidadania, que ultrapassa os objetivos dessa empreitada. Estamos sugerindo apenas que, dentro da cidade, eles constituem uma forte alteridade em relação aos demais cidadãos são-felenses. É como se aqueles cidadãos – os integrantes do beiradão – fossem, de fato, uma oposição aos cidadãos que habitam a São Félix que procura negar sua história beiradeira ou, pelo menos, reformular a imagem ribeirinha de acordo com os novos padrões. Como aparece no discurso de um representante do poder público municipal ao defender a remoção das habitações que margeiam os rios da cidade para a construção de um complexo de lazer, eles constituem, "...+ infelizmente, uma situação desagradável para a cidade, é praticamente uma favela". Ou ainda como está na fala de uma senhora pecuarista capixaba, que chegou a São Félix na década de 1980:

tem gente que eu conheço que chegou de fora, comprou terra, construiu casa, ficou bem de vida, vendeu a casa, vendeu a terra, foi embora rico; levou dinheiro daqui. Esses beiradeiros aí, vai lá pra você ver a pobreza. Eles pegam o peixe, enquanto tiver peixe com farinha eles comem. Quando acabou, vão pegar outro! É igual ao índio. Porque índio não guarda nada pra manhã, né!? Eles têm o mesmo pensamento.

Como categoria relacional, o beiradeiro é geralmente acompanhado de atributos que lhe confere uma posição social inferior, relacionada a um determinado tipo de uso do espaço, diretamente vinculado ao passado dessa região da Amazônia. Assumir-se beiradeiro, de igual forma, demanda

reconhecer-se parte dessa história, o que muitas vezes pode não ser favorável.

Se compreendemos com Canclini (2010) que a cidadania se constrói também a partir do consumo, e em Lefebvre (2008c) entendemos que esse consumo deve se estender ao espaço, o lugar social e espacial ocupado pelos beiradeiros em São Félix é prioritariamente o que lhes nega a cidade, o que os afasta do urbano e, portanto, os opõe aos demais cidadãos, ou seja, aos cidadãos sãofelenses. O consumo do espaço e também o espaço desse consumo poderia levar ao lefebvriano direito à cidade, ou seja, à apropriação efetiva dos espaços, em oposição à contemplação de paisagens cristalizadas? A leitura de Lefebvre (1991a) sugere que sim, mas parece ser o desejo pela abstração exógena o que tende a dominar os discursos hegemônicos que atingem a fronteira, fazendo do espaço vivido por aqueles que não partilham a mesma racionalidade algo que deve ser negado ou mesmo apagado da história.

É necessário destacar ainda que essa clivagem também não implica a negação da emergência de uma possível cidadania beiradeira – ou ribeirinha – em São Félix do Xingu, capaz de construir uma outra forma de ser cidadão e experimentar a cidade. Essa emergência não pode ser negada até mesmo porque é exatamente desses espaços “entrincheirados”, como descreve James Holston (2013, p. 62) que brota a cidadania contemporânea. “Insurgente”, nos termos do autor, ela nasce da história, como “*...+ uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta”. Como diz um rapaz sentado à porta de seu comércio, uma pequena edificação feita de tábuas usada para a venda de bebidas à beira do Rio Fresco,

a gente sabe que São Félix precisa mudar, que esse beiradão não pode ficar como está, porque quando vem a chuva tem muita casa aí que alaga, mas a gente também sabe que nosso lugar é aqui. Meu avô nasceu aqui no Xingu, cortou seringa e panhou castanha. Minha mãe viveu lavando roupa nesse rio. Eu cresci pulando nessa água desde molecote.

Mas, por enquanto, poucos são os que se veem como beiradeiros na ribeirinha São Félix do Xingu, até mesmo entre aqueles que residem no beiradão formado pela confluência dos dois cursos d’água. É pelo menos isso o que demonstra a fala de um senhor nascido em São Félix e que vive em uma das casas que se enfileiram pela margem do Rio Fresco: “quem mora aqui não é beiradeiro. O beiradão é do aeroporto pra lá [acena com os braços e faz referência a um dos pontos finais da mancha urbana+. Aqui ainda é cidade”.

Figura 1: Beiradão do Rio Fresco, São Félix do Xingu, Pará Fonte: Pesquisa de campo, 2013, autoria própria.

ALTERANDO O PONTO DE VISTA

A história de São Félix do Xingu e suas representações na imprensa e nas falas de seus habitantes, como vimos até aqui, evidenciam a sujeição do espaço amazônico às racionalidades exógenas. Foi assim à época dos seringais, quando a elite que organizava a economia da borracha sequer chegava a muitas das localidades que eram exploradas; ocorre o mesmo ainda hoje com a proliferação do gado nas terras xinguanas, cujas forças que controlam o excedente nem sempre estão presentes na cidade amazônica que serve de base para a produção, mas são capazes de ocultar a origem beiradeira do município. Tudo isso é revelador de uma fronteira que, marcada por surtos de retração e expansão – ou seja, por uma inconstância cujo controle não é determinado internamente –, traz consigo a disjunção de racionalidades próprias às zonas de interseção entre mundos distintos. Essa é uma constante da equação inerente à fronteira, desde os primeiros contatos até os (des)encontros manifestos nos dias atuais em São Félix do Xingu.

Mas como pensar a fronteira para além do lugar da penúria e escassez que lhe tem sido designado? Como prospectar uma *outra* Amazônia, que não aquela que tem sido construída a partir de fora? Acreditamos que essa reorientação do olhar talvez possa ocorrer exatamente a partir de sua polifonia e das tensões por ela colocadas. Reconhecer e aceitar essas relações são fundamentais para o entendimento daquilo que Lefebvre (2008b) encarou como o possível-impossível de uma sociedade urbana, ou seja, a urgência que não é realidade hoje, mas que poderá ser amanhã; o vir a ser ou a virtualidade emergente que já tem lançada sobre o território sua base de construção. Como toda necessidade, esse virtual demanda um exercício de elaboração mental necessariamente livre das determinações deixadas pelo real, ainda que desse lastro não se despegue e a partir dele os desvios sejam desenhados.

Lefebvre (2008c) já nos mostrou que não é a lógica da produção o que informa a realidade contemporânea e as transformações e revoluções que ela precisa construir (mas sim o cotidiano e a reprodução que nele se desenvolve), o que indica que a emergência de uma *outra* Amazônia (para além da fronteira) depende de algumas inversões, a começar pelo lugar dado à reprodução *na/da* vida. Esse parece ser um entendimento urgente e necessário à fronteira, lugar privilegiado para o encontro das múltiplas racionalidades capazes de informar outras lógicas que superam o produtivismo que nos assola. E essa sobreposição de mundos que lhe é inerente confere à fronteira seu problema teórico e prático. Trata-se de um problema teórico porque somente a luz trazida pela crítica parece ser capaz de permitir a compreensão de seus hibridismos, sem se deixar cegar pelo exotismo aparente de seus conteúdos ou mesmo pela precariedade recorrente de suas formas. De igual modo é o que define seu problema prático porque a realidade presente – e indesejada – exige a pulsão transformadora, procurando se afastar da tentativa histórica de sobrepor, sobre as múltiplas narrativas presentes na fronteira, uma única fala, seja esta exógena ou mesmo elencada dentre as trajetórias que a compõem. Há que ser alterado o ponto de vista a partir de uma ruptura radical¹³.

Tal entendimento é o que nos permite um primeiro ajuste nos fios da trama que procuramos tecer e essa aproximação parece ser potente para a possibilidade de um urbano que supera as dicotomias e põe em reunião elementos que o capital insiste em separar. Isso implica compreender o urbano não a partir de sua condição de par dicotômico ao industrial – lugar tão somente da reprodução da força de trabalho – ou polo oposto ao ambiental – encarado pela racionalidade ocidental como matéria-prima que antecede qualquer ação –, mas sim em sua forma plena e indutora de transformações, como revolução para uma nova sociedade. Para a fronteira, isso é fundamental, pois reside aí uma das grandes inquietações colocadas pela Amazônia: como e por que tamanha pujança produtiva convive, em boa parte da região, com tanta precariedade na esfera da reprodução?

Entre as vilas, as aldeias, a cidade e o mundo agrário que a envolve, São Félix do Xingu nos mostrou – através de suas representações na imprensa e das falas de seus sujeitos – a manifestação sócio-espacial da extensão do capital sobre o território amazônico. Era (e ainda é) a fronteira por excelência, com suas formas inacabadas, sua instabilidade própria e a avides com que recebe tudo que vem de fora. Mas também era (e, esperamos, não deveria deixar de ser) o lugar das insurgências, da descoberta do novo, o encontro entre os termos aparentemente dicotômicos. Talvez tenha chegado, de fato, o momento de pensar que sua integração ao espaço global possa ocorrer por uma via diferente da tradicional condição de rebaixamento do espaço da fronteira (e de suas sociedades) na divisão social hierárquica do trabalho. Ou, de forma mais revolucionária, talvez seja mesmo o tempo de recusar sua inserção em um projeto universalizante, que na promessa de nos levar ao eldorado, elimina as singularidades e deixa como rastro a barbárie que pretende civilizar.

¹³ Isso demanda uma virada ontológica que não só toma a fronteira como lugar do (des)encontro entre humanos e não-humanos dos mais diversos tipos, a fim de rediscutir as várias humanidades presentes ali, mas também a humanidade para além dos seres humanos, como sugere Viveiros de Castro (1996; 2012). Compreender o mundo como processo constituído por sujeitos em relação – e não diante de objetos – indica, pelo menos, uma alternativa capaz de eliminar as dicotomias trazidas pelo capitalismo e fazer emergir o urbano como lugar da práxis política que permite (re)produzir pessoas que tomem assento no corpo social.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M.. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.
- BECKER, B. K.. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- BECKER, B. K.. Fronteira e urbanização repensadas. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 47, n.3/4, p. 357-371, jul./ dez. 1985.
- BECKER, B. K.. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 1988. p. 60-89.
- CANCLINI, N. G.. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. CARDOSO, A. C. D.; VENTURA NETO, R. da S.. Ocupação de Margem de Rio na Metrópole Amazônica: origem local e tendências globais. In: II SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO, 2012, Natal. *Anais...* Natal: PPGAU/PPEUR/UFRN, 2012. v. 1. p. 1-18.
- CASTRO, E. R. de.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P.. *Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio*. Paper do NAEA, n. 180. Belém: NAEA/UFGA, 2004.
- AMARAL, S.. *et al.* Redes e conectividades na estruturação da frente de ocupação do Xingu-Iriri/Pará. In: *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 655-675, set./dez. 2006.
- CORRÊA, R. L.. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: CORRÊA, R. L.. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.
- FAIRCLOUGH, N.. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1975. *A Colômbia cancela acordo*. São Paulo, 30 jan. 1975, p. 26. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1977. *A descoberta de ouro no sul do Pará*. São Paulo, 18 dez. 1977, p. 09. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1985. *Brasil torna-se 3º produtor mundial de estanho*. São Paulo, 06 out. 1985, p. 44. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1982. *Carajás e a questão do subsolo brasileiro*. São Paulo, 29 ago. 1982, p. 52. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1980. *Ferro de Carajás é só da estatal Vale do Rio Doce*. São Paulo, 01 mar. 1980, p. 15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2005. *Grilagem muda geografia da devastação*. São Paulo, 19 maio 2005, p. A 20. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

- FOLHA DE SÃO PAULO. 1988. *Na região do garimpo, ouro já toma lugar do cruzado*. São Paulo, 02 out. 1988, p. B5. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1971. *Radar revela: Amazônia não é planície*. São Paulo, 10 jun. 1971, p. 05. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 1968. *Um governo e suas metas*. São Paulo, 28 abr. 1968, p. 46. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2014.
- HOLSTON, J.. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da pecuária municipal, 1970-2013*. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Desmatamento da Amazônia Legal, 2014a*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Desmatamento do município de São Félix do Xingu, 2014b*. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- LEFEBVRE, H.. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a. LEFEBVRE, H.. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a. LEFEBVRE, H.. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.
- LEFEBVRE, H.. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008c.
- LEFEBVRE, H.. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991b.
- LIMONAD, E. ; LIMA, I. G. de. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Lefebvre. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: 2003. p. 15-33.
- MACHADO, L. O.. A Fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 54, n.2, p. 27-55, abr./jun., 1992.
- MARTINS, J. de S.. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MÉSZÁROS, I.. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTE-MÓR, R. L. de M.. *Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia*. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2004.
- MONTE-MÓR, R. L. de M.. *São Félix do Xingu: o avanço da fronteira amazônica e um novo espaço em formação*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1984.

- SÃO FÉLIX DO XINGU. Lei nº 320, de 13 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor de São Félix do Xingu. *Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu*, São Félix do Xingu, 13 out. 2006.
- RIBEIRO, D.. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RISÉRIO, A.. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- SANTOS, M.. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTANA, L. F.. *São Félix do Xingu: sua história, 1888-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, 2007.
- SOUZA, M.. Afinal, quem é mais moderno neste país?. In: *Estudos avançados*. v. 5, n. 53, p. 87-96, 2005.
- SCHMINK, M.; WOOD, C.. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora da UFPA, 2012.
- VEJA. 2008. *Amazônia: a verdade sobre a saúde da floresta*. São Paulo, 26 mar. 2008, p. 09 e 94-121. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- VEJA. 1982. *O futuro abre clareiras na floresta: a Amazônia deixa de ser apenas um paraíso natural e começa a incorporar-se ao Brasil*. São Paulo, 18 ago. 1982, p. 80-110. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- VICENTINI, Y.. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B.. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B.. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 151-171, 2012.
- WAGLEY, C.. *Amazon town: a history of a man in the tropics*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1964.